



## Universidades Lusíada

Sousa, Miguel Girão de

### **Guiné-Bissau : o golpe militar de 12 de Abril e a necessidade da reforma do sector de segurança**

<http://hdl.handle.net/11067/1024>

<https://doi.org/10.34628/j58n-bf22>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2013
<b>Resumo</b>	A Guiné-Bissau foi no passado dia 12 de Abril palco de mais um golpe de estado. Ao contrário de outros golpes que não alcançaram na totalidade os seus intentos, desta vez, os militares e políticos que nele estiveram envolvidos, alcançaram os seus objectivos, conseguindo derrubar as autoridades democraticamente eleitas. O envolvimento das Forças Armadas foi prontamente reconhecido e mais uma vez a sua participação violenta, influenciou os destinos do país, paralisando o processo eleitoral em curso...
<b>Palavras Chave</b>	Segurança nacional - Guiné-Bissau, Guiné-Bissau - História - Golpe de Estado, 2012
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCHS] LPIS, n. 08 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:23:15Z com informação proveniente do Repositório

# **GUINÉ-BISSAU: O GOLPE MILITAR DE 12 DE ABRIL E A NECESSIDADE DA REFORMA DO SECTOR DE SEGURANÇA**

**Miguel Girão de Sousa**

Mestrando em Relações Internacionais.

Técnico superior do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Ex-Conselheiro Político da Missão da União Europeia para a Reforma do Sector de Segurança na Guiné-Bissau.

## **Resumo**

A Guiné-Bissau foi no passado dia 12 de Abril palco de mais um golpe de estado. Ao contrário de outros golpes que não alcançaram na totalidade os seus intentos, desta vez, os militares e políticos que nele estiveram envolvidos, alcançaram os seus objectivos, conseguindo derrubar as autoridades democraticamente eleitas. O envolvimento das Forças Armadas foi prontamente reconhecido e mais uma vez a sua participação violenta influenciou os destinos do país, paralisando o processo eleitoral em curso.

O clima de insegurança e impunidade em que a Guiné-Bissau permanentemente vive nada contribuem para o desenvolvimento sócio-económico, sendo actualmente um dos países mais pobres do mundo. A principal razão apontada para esta situação de fragilidade são as constantes interferências dos militares na esfera civil e política, bem como as alianças de poder estabelecidas entre políticos e militares, agravada nos anos mais recentes pelas actividades e influência de grupos de traficantes de droga da América latina.

A reforma do sector de segurança é hoje considerada como fundamental para a criação de um clima propício e indispensável para a segurança humana e desenvolvimento, sendo vista como a solução para muitos dos problemas decorrentes de países em situações de fragilidade, pobreza generalizada ou dominados pelo terrorismo. No caso da Guiné-Bissau, atendendo a situação disfuncional das suas forças de defesa, incapazes de proporcionar um clima de paz e de respeito pelo estado de direito e demais princípios democráticos, a necessidade de uma intervenção neste sector torna-se vital.

**Palavras-chave:** golpe de estado, conflito, reforma do sector de segurança, Guiné-Bissau.

## **Abstract**

Guinea-Bissau was on April 12th once again stage for another coup d'état. Unlike other putsches that have not achieved all their targets, this time, the military and politicians who were involved in it, achieved their objectives and overthrow the democratically elected authorities. The involvement of the Armed

Forces was promptly recognized and once more their violence influences the destinies of the country, paralyzing the electoral process.

The environment of insecurity and impunity in which permanently lives the country nothing contributes to the social and economic development. Guinea-Bissau is currently one of the poorest countries in the world. The constant interference of the military forces in civil and political domains as well as the established power alliances between political and military, compounded in recent years by the activities and influence of Latin America's drug traffickers groups, are the main reasons given for this fragility situation.

Nowadays the security sector reform is considered as fundamental to create a climate conducive and essential to human security and development and, it is also being seen as the main solution for the problems arising from the fragile states, widespread poverty or dominated by terrorism. In the case of Guinea-Bissau, given the situation of their dysfunctional defence forces, unable to provide an atmosphere of peace and respect for the rule of law and other democratic principles, the need of an intervention in this sector becomes vital.

**Key words:** coup d'état, conflict, security sector reform, Guinea-Bissau.

### 1. O golpe político-militar de 12 de Abril

A democracia, o desenvolvimento e a relativa estabilidade que se viviam na Guiné-Bissau sofreram um enorme contratempo após mais um golpe militar. No dia 12 de Abril de 2012, as Forças Armadas ocuparam a televisão e rádio nacional, a sede do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e atacaram com morteiros e granadas a residência do Primeiro-ministro<sup>1</sup>. O Presidente da República interino, Raimundo Pereira foi preso na sua residência por militares, tal como o Primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior<sup>2</sup>. Apesar da gravidade dos ataques não houve derramamento de sangue<sup>3</sup>.

O golpe militar e político não surpreendeu por completo os que seguem os acontecimentos na Guiné-Bissau. Decorria o período de eleições presidenciais, e os resultados tinham ditado a vitória na 1ª volta de Carlos Gomes Jr. (PAIGC)<sup>4</sup>, sem maioria absoluta, o que implicaria uma 2ª volta com Kumba Ialá (PRS)<sup>5</sup>, o segundo candidato mais votado. Um mais que previsível triunfo de Carlos Gomes Jr. e a presença de tropas angolanas no terreno eram factores de risco para a estabilidade do país, uma vez que as Forças Armadas não viam com bons olhos este cenário. O grau mais elaborado de organização deste golpe era sinónimo de que tinha vindo para ficar. Os dias seguintes não foram pacíficos e sucederam-se as violações de direitos humanos por parte das Forças Armadas, com perseguições a membros do Governo deposto ou apoiantes do PAIGC. Muitos conseguiram refúgio em embaixadas, organizações internacionais ou fugiram para o estrangeiro. Houve também roubos e pilhagens.

Na véspera do golpe, Kumba Ialá, o líder do Partido da Renovação Social (PRS), conjuntamente com um grupo de candidatos<sup>6</sup> derrotados na 1ª volta, organizam uma conferência de imprensa para denunciar alegadas ilegalidades cometidas pelo candidato vencedor e Kumba Ialá reitera que não irá participar

---

<sup>1</sup> International Crisis Group. *Beyond turf wars: managing the post-coup transition in Guinea-Bissau*. 17 de Agosto de 2012.

<sup>2</sup> Os dois foram libertados a 27 de Abril após intervenção da CEDEAO e pressão da comunidade internacional.

<sup>3</sup> *Latest coup another setback for Guinea-Bissau*, in IRIN, 23 de Abril de 2012.

<sup>4</sup> Vitória de Carlos Gomes Júnior com 49% dos votos na 1ª volta das eleições presidenciais a 18 de Março de 2012.

<sup>5</sup> *Presidenciais da Guiné-Bissau vão ter segunda volta*, in Público, 21 de Abril de 2012.

<sup>6</sup> Serifo Nhamadjo, Henrique Rosa, Afonso Té e Serifo Balde.

na 2ª volta como forma de protesto<sup>7</sup>. Estas declarações não auguravam um desenrolar pacífico da campanha eleitoral ficando a ideia de que o processo seria interrompido<sup>8</sup>. De salientar que os observadores eleitorais presentes no terreno consideraram que as eleições tinham decorrido de acordo com as regras internacionais, de forma livre, justa e transparente, sem irregularidades relevantes ou susceptíveis de alterar os resultados.

Os previsíveis resultados eleitorais na 2ª volta e a iminência de mais uma derrota terá levado o candidato presidencial apoiado pelo PRS, Kumba Ialá, a liderar o processo de revolta e de tomada do poder, conseguindo juntar à sua volta outros candidatos derrotados. O objectivo principal seria impedir uma vitória de Carlos Gomes Jr. e a sua conseqüente ascensão a Presidente da República.

## **2. As motivações do golpe e a presença de Angola**

A autoria do golpe é assumida por um comando militar sem que sejam bem identificados quem faz parte do mesmo<sup>9</sup>. O auto-intitulado comando militar, porém, informa, através do seu porta-voz, o tenente-coronel Daba Na Walna, que não se tinham registado alterações ao nível das chefias militares. O General António Indjai (CEMGFA) alguns dias depois do golpe e após alguma contra-informação surge à frente dos golpistas. O Comando Militar, depois de vários comunicados e tentativas frustradas de explicar o golpe, identifica como principal causa para a acção dos militares, a existência de um acordo secreto entre o Governo de Carlos Gomes Jr. e Angola para o desmantelamento das Forças Armadas da Guiné-Bissau<sup>10</sup>. Esta seria uma forma de apelar ao apoio popular pela via nacionalista contra a invasão de um país estrangeiro, Angola. Porém a reacção da população é na sua generalidade bastante crítica e contrária ao golpe. Independentemente das razões justificativas, a motivação imediata é alcançada, a suspensão do processo eleitoral.

A participação de Angola no processo de reforma de segurança na Guiné-Bissau, com presença no terreno desde Janeiro de 2011, surge segundo as duas autoridades na sequência dos estreitos laços entre os dois países, das afinidades existentes entre os seus movimentos de libertação e na vontade de ajudar um país irmão. Esta retórica tem, no entanto, pouco que ver com a realidade. Por detrás do apoio concedido por Angola estão os seus interesses estratégicos e económicos<sup>11</sup>, por um lado a aspiração de alargar a sua área de influência e por outro, o acesso a novas matérias-primas. As jazidas de bauxite (estimadas em 110 milhões de toneladas) e fosfato despertam a atenção de vários países

---

<sup>7</sup> *Guiné-Bissau: Kumba Yala rejette la proposition de médiation de la Cedeao*, in Jeune Afrique, 5 de Abril de 2012.

<sup>8</sup> *Especial Guiné-Bissau*, in Jornal Expresso das Ilhas (Cabo Verde), 16 de Maio de 2012.

<sup>9</sup> *Os revoltosos da Guiné-Bissau: "Se o Parlamento aceitar a vinda de uma força internacional, está bem"*, in Público, 27 de Abril de 2012.

<sup>10</sup> *Golpistas adotam linha Anti-Angola e tentam aproximação a CEDEAO*, in Africa monitor, n.º 656, 18 de Abril de 2012.

<sup>11</sup> *Atitude voraz das autoridades para obter fundos*, in Africa monitor, n.º 696, 26 de Setembro de 2012.

e Angola procura posicionar-se de forma a obter a sua exploração. Angola negociou em 2009 com a Guiné-Bissau a criação da sociedade Bauxite Angola, pertencente na sua maioria à companhia pública angolana Sonangol<sup>12</sup>. Terão sido investidos 300 milhões USD nesta sociedade recentemente. Angola encontra-se a desenvolver um projecto de grandes dimensões de construção de um porto de águas profundas em Buba, e uma rede viária que permita a ligação entre Buba e Boé, a região mineira e outros países vizinhos. A estabilidade do país é, por isso, também uma prioridade<sup>13</sup>. Por sua vez o Governo de Carlos Gomes Jr. para além das vantagens económicas que estes investimentos lhes trazem, vê igualmente a presença de uma força militar angolana como um contra-poder face aos militares guineenses que não consegue controlar. A sequência lógica é a assinatura de um acordo de cooperação militar, que resulta no envio para Bissau da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG).

Esta força militar angolana nunca foi bem vista por todos, e muitos opositores de Carlos Gomes Jr. criticaram a presença de uma força estrangeira no país. Embora com fachada de missão de cooperação, a força angolana à medida que a sua presença se implanta no terreno e o tempo avança, passa a ter um papel fundamental na defesa de Carlos Gomes Jr. e de outras figuras do Governo. A aparente condescendência das Forças Armadas da Guiné-Bissau e do seu líder o General Indjai, à entrada da MISSANG no país, dura pouco e é proporcionalmente inversa ao aumento de notícias de que o contingente angolano integra unidades especiais (comandos) e começa a acumular material bélico nas suas instalações. Igualmente o número acordado de militares que estariam envolvidos nesta força seria inicialmente de 200 homens e meses mais tarde este número triplicava. A permanência de uma força militar estrangeira no país, que funciona na prática como guarda pretoriana<sup>14</sup> de Carlos Gomes Jr., começa assim a ser fortemente contestada pelas altas patentes das Forças Armadas e parte da oposição. Acrescente-se, no entanto, que dias antes mesmo do golpe, já havia sido anunciado pelas autoridades dos dois países, que a força militar angolana (MISSANG) iria abandonar o país, embora não tivesse sido anunciada a data de retirada<sup>15</sup>.

A partir do momento em que as chefias militares se começam a sentir encurraladas face ao extravasar do poder militar angolano, e começam a sentir que a sua liberdade de movimentos se reduz, reagem. Esta estratégia anti-angolana (ou anti-CPLP) e de hostilidade para com a MISSANG, tinha também como alvo uma aproximação a alguns países da Comunidade Económica dos Países de África Ocidental (CEDEAO), que nunca viram com bons olhos a

<sup>12</sup> International Crisis Group (2012). *Beyond Compromises: Reform Prospects in Guinea-Bissau*. Africa report.

<sup>13</sup> Estabilidade na Guiné-Bissau permite relançamento de projectos de Buba e Boé, in Macauhub, 18 de Julho de 2011.

<sup>14</sup> A 26 de Dezembro de 2011, data de mais uma tentativa de golpe de Estado, Carlos Gomes Jr. refugia-se nas instalações da MISSANG.

<sup>15</sup> MISSANG deixa a Guiné-Bissau, in Jornal de Angola digital, 11 de Abril de 2012.

presença de Angola.

Uma carta, com data de 9 de Abril de 2012, de Carlos Gomes Jr. para o Secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) onde solicita a intervenção de uma força internacional no país com a missão de acompanhar o processo de reforma das Forças Armadas é também apresentada como justificação para o golpe<sup>16</sup>, por demonstrar os propósitos menos claros das autoridades depostas (Angola faria parte desta força nos termos do acordo celebrado para o fim da sua missão). Argumentam ainda os militares que o Governo deposto actuou sem autorização da Assembleia Nacional Popular (ANP) e também que o país não se encontrava em guerra pelo que não faria sentido uma força internacional de interposição.

### 3. A reacção ao golpe

A reacção interna e externa face aos acontecimentos é célere. Internamente os golpistas receberam o seu maior apoio da parte do PRS e de outros pequenos partidos afastados do poder, bem como de alguns dissidentes do PAIGC. A população desaprova e cansada de mais violência mostrava-se expectante. As manifestações organizadas contra o golpe foram fortemente reprimidas. Internacionalmente a condenação do golpe foi generalizada e nos dias seguintes as declarações das organizações internacionais sucederam-se. Destacam-se as reacções contundentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>17</sup>, da União Europeia (UE)<sup>18</sup>, da União Africana (UA)<sup>19</sup>, das Nações Unidas (NU)<sup>20</sup>, exigindo todas o retorno imediato e incondicional à ordem constitucional, a conclusão do processo eleitoral e a aplicação de sanções aos golpistas.

Na sequência das reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) foi adoptada a Resolução 2048<sup>21</sup> exigindo o afastamento do comando militar e o restabelecimento da ordem constitucional, bem como um anexo com a lista de militares sobre os quais recaiam sanções<sup>22</sup>.

A CEDEAO<sup>23</sup> condenou igualmente o golpe, no entanto rapidamente

---

<sup>16</sup> *Oposição guineense mostra carta atribuída a Gomes Júnior que pede missão da ONU*, RTP, 19 de Abril de 2012.

<sup>17</sup> Resolução sobre a situação na Guiné-Bissau, CPLP, 14 de Abril de 2012.

<sup>18</sup> Conclusões do Conselho sobre a Guiné-Bissau, UE, 23 de Abril de 2012.

<sup>19</sup> Comunicado de Imprensa da Comissão de Paz e Segurança da União Africana, UA, 29 de Abril de 2012.

<sup>20</sup> Security Council Press Statement on Guinea-Bissau, UN Security Council, 13 de Abril de 2012 e Declaração do Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, NU, 21 de Abril.

<sup>21</sup> *Conselho de Segurança da ONU aprova sanções contra autores do golpe em Bissau*, in Público, 18 de Maio de 2012.

<sup>22</sup> Inicialmente foram adoptadas pelo CSNU sanções a apenas cinco líderes militares da Guiné-Bissau, incluindo o General Indjai. Um mês mais tarde, outros seis militares foram incluídos na lista. De salientar que alguns dos elementos desta lista de sanções, têm viajado livremente no interior do espaço da CEDEAO. O pedido das autoridades depostas de extensão das sanções a elementos civis implicados no golpe não foi atendido.

<sup>23</sup> *ECOWAS reaction to the ongoing coup attempt in Guinea-Bissau*, ECOWAS, 12 de Abril de 2012 e Comunicado Final da Cimeira extraordinária de Chefes de Estado e Governo da CEDEAO, 26 de Abril.

iniciou contactos com os golpistas a fim de encontrar uma solução negociada. Ou seja ao contrário das conclusões e declarações da CPLP, UE ou NU, onde se refere a reposição da ordem constitucional e o restabelecimento do Governo legítimo no poder, a posição da CEDEAO é diferente, e apresenta como solução a mediação entre as partes para se encontrarem as modalidades para uma transição consensual.

#### **4. A entrada em cena da CEDEAO e o acordo para a transição**

Apesar do apoio manifestado pela CEDEAO houve inicialmente a tendência para pensar que o golpe estaria condenado ao fracasso no sentido que não havia sido apoiado pela comunidade internacional e que por conseguinte os golpistas ficariam mais tarde ou mais cedo isolados. Porém passados mais de seis meses, parece claro que este foi bem-sucedido e pelo menos em parte alcançou os seus objectivos. Apesar dos discursos da comunidade internacional não se terem modificado significativamente, a verdade é que a CEDEAO, a organização que assumiu a liderança do processo, alterou as regras do jogo e quem está no poder são os golpistas ou políticos apoiados pelos militares que participaram no golpe<sup>24</sup>. A consequência imediata da actuação militar foi assim pôr fim ao processo eleitoral em curso e a deposição das autoridades no poder e apesar das justificações mais elaboradas para o golpe, não restam dúvidas de que o principal intento era derrubar Carlos Gomes Jr. Poder-se-ia dizer que nem todas as reivindicações dos militares envolvidos no golpe foram atendidas, no entanto o objectivo essencial estava atingido. A escolha dos novos líderes políticos pode não ter sido uma escolha totalmente livre das Forças Armadas ou dos políticos envolvidos, no entanto os que ocuparam as cadeiras vazias são agora totalmente manobrados pela cadeia de comando militar e não menos importante neste contexto, o processo de reforma de segurança volta a ser suspenso.

À semelhança de golpes militares anteriores, a intenção das Forças Armadas não foi o de ocupar lugares políticos mas sim manobrar os que ocupam esses lugares e assim continuarem a actuar de acordo com as suas vontades, fora do respeito pela lei, alimentando os seus privilégios e negócios privados.

Logo após o golpe, o comando militar iniciou negociações com os partidos políticos da oposição e com membros do PAIGC não-alinhados com Carlos Gomes Jr. O PAIGC recusou-se desde o início a fazer parte destas negociações, não reconhecendo legitimidade às partes envolvidas<sup>25</sup>. No dia 13 de Abril, militares, oposição e dissidentes do PAIGC, já dividiam entre si os principais lugares da nova estrutura de transição, desempenhando o papel de colaboradores necessários e cúmplices do golpe de estado.

A 18 de Abril, o comando militar organiza a assinatura de um acordo de estabilização e manutenção da ordem constitucional e democrática, assinado por

---

<sup>24</sup> Gorjão, Paulo e Seabra, Pedro. *Guinea-Bissau: Can a Failed Military Coup be successful?* IPRIS viewpoints, Maio 2012.

<sup>25</sup> PAIGC *exclui-se de acordo político-militar para a Guiné-Bissau*, in online, 20 de Abril de 2012.

12 partidos políticos, mas sem a participação do PAIGC. Para além da criação do Conselho Nacional de Transição e instauração de um regime de transição pelo período de dois anos são apresentadas várias reivindicações para o regresso dos militares às casernas: como a de a nomeação de um novo presidente, a realização de novas eleições legislativas e presidenciais no prazo de dois anos (sem participação de Raimundo Pereira e Carlos Gomes Jr.) ou a manutenção das chefias militares nos seus postos<sup>26</sup>. Foi também nomeado para chefiar este Conselho Nacional de Transição, Braima Sori Djaló (PRS).

Estas primeiras intenções dos golpistas não foram bem vistas pela comunidade internacional, e a reacção pronta da CEDEAO refreou certos ânimos dos golpistas e dos partidos da oposição. Como resultado o Comando militar prontamente declarou que os anúncios dos dias anteriores eram apenas propostas e que ainda havia espaço para negociar e procurar uma solução com a participação de todos, incluindo PAIGC. As discussões que tiveram lugar entre as diferentes partes, resultaram com intervenção da CEDEAO e após a organização de uma reunião em Abidjan a 26 de Abril<sup>27</sup>, no pacto actualmente em vigor. A solução negociada com a CEDEAO e os golpistas previu também nos seus termos a mobilização para o terreno, de um contingente militar daquela organização, com cerca de 600 militares, intitulada ECOMIB (ECOWAS mission in Bissau), com o objectivo de auxiliar no processo de transição<sup>28</sup> e facilitar a saída da missão angolana do país<sup>29</sup>. A 3 de Maio tem lugar nova reunião da CEDEAO, em Dakar, confirmando as decisões da reunião anterior.

Após vários dias de negociação, com o beneplácito da CEDEAO, o lugar de Presidente da República de transição é ocupado, por Serifo Nhamadjo<sup>30</sup>, ex-vice presidente da APN e deputado do PAIGC (mas opositor de Carlos Gomes Jr.), enquanto para encabeçar o Governo é escolhido, Rui de Barros<sup>31</sup>, ex-ministro das finanças e economia, apoiante do PRS. De salientar que Namadjo é também vice-presidente do parlamento da CEDEAO. Os primeiros meses de coabitação com as Forças Armadas não têm sido fáceis, tendo os dois já manifestado vontade de sair das suas funções na sequência de interferências com origem no General Indjai e seus homens de confiança, bem como pela fraca aceitação externa que o Governo de transição recebeu, o que afecta significativamente o seu grau de actuação. Outra importante vitória da CEDEAO no jogo das negociações com as Forças Armadas foi a da manutenção em funções da ANP. Para o lugar de

---

<sup>26</sup> *Especial Guiné-Bissau*, in *Jornal Expresso das Ilhas* (Cabo Verde), 16 de Maio de 2012.

<sup>27</sup> A libertação de Carlos Gomes Jr. e Raimundo Pereira foi obtida neste encontro.

<sup>28</sup> O mandato da ECOMIB não foi divulgado. Existe uma referência ao mesmo no Comunicado final da reunião extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, Abidjan, 26 de Abril.

<sup>29</sup> A retirada total da MISSANG teve lugar a 9 de Junho de 2012.

<sup>30</sup> Sherifo Namadjo foi indicado a 19 de Abril como o novo Presidente interino, inicialmente recusou o cargo alegando não querer pactuar com uma situação ilegal. Apenas a 11 de Maio com o aval da CEDEAO aceita o lugar.

<sup>31</sup> Rui de Barros foi escolhido por consenso, após a celebração do pacto de 16 de Maio, entre o presidente interino de transição da ANP e os partidos da oposição.

Presidente Interino da ANP foi escolhido Braima Sori Djaló (PRS). Ao contrário do que seria vontade dos golpistas, o Conselho Nacional de Transição não passou a ser uma realidade durante um período transição de dois anos<sup>32</sup>. A prática, porém, tem mostrado que na verdade a ANP não funciona, uma vez que a maioria parlamentar pertence ao PAIGC.

Esta solução apoiada pela CEDEAO para a resolução do conflito manteve os golpistas no poder sem qualquer sanção e rejeitou o regresso dos líderes eleitos democraticamente. A CEDEAO impôs, assim, à população um Presidente, um Primeiro-ministro e um Governo. Uma solução bem afastada da linha defendida pelo CEDEAO do princípio da tolerância zero<sup>33</sup> para os golpes de estado. De salientar também a posição contraditória assumida pela CEDEAO face ao golpe de estado no Mali<sup>34</sup>.

A incongruência desta posição pode parecer difícil de explicar, a própria CEDEAO, havia declarado válida a 1ª volta das eleições presidenciais realizadas no mês anterior ao golpe, considerando-as livre e justas<sup>35</sup>, no entanto se compreendermos os diversos interesses de alguns dos países membros desta organização, torna-se mais fácil compreender o retrocesso na sua posição.

A CEDEAO viu sempre com reservas a intervenção de Angola numa região considerada sua. Em particular os países mais influentes desta organização como sejam o Senegal, a Nigéria ou a Costa do Marfim, que não pretendem partilhar o domínio sobre a região. Não foi por isso com total surpresa que a CEDEAO foi a organização que mais rapidamente se acomodou à situação e retirou para si proveitos<sup>36</sup>.

As razões para os três países membros da CEDEAO apoiarem a actual solução de transição aproximam-se mas são distintas. A Costa do Marfim, não quer Angola na região, o Presidente Alassane Outtara e também actual presidente da CEDEAO, não esquece que após os resultados eleitorais e ao impasse que se seguiu em Novembro de 2010, José Eduardo dos Santos apoiou o seu opositor, Laurent Gbagbo e ofereceu-se para enviar tropas se necessário. Para o Senegal a questão de Casamansa continua na ordem do dia e a entrada de tropas senegalesas no território da Guiné-Bissau, seria a melhor forma de encurralar os separatistas, outra questão que influencia a posição senegalesa é o seu interesse em não perder a primazia que tem ao nível da entrada e escoamento de produtos por via marítima, com a construção do porto em Buba. Por outro lado, serviria para aumentar o seu protagonismo junto das autoridades de Bissau, cuja influência diminuiu com a presença de Angola. A Nigéria, a grande potência

---

<sup>32</sup> Foi extinto a 22 de Maio de 2012.

<sup>33</sup> ECOWAS "Zero Tolerance" Principle Highly Tolerant After All, in *African arguments*, 9 de Maio de 2012.

<sup>34</sup> Hounkpe, Mathias (2012). *ECOWAS in face of the crises in Mali and Guinea-Bissau: a double-standard dilemma*. Lisboa: IPRIS viewpoints.

<sup>35</sup> Déclaration préliminaire, Mission d'observation de la CEDEAO de l'élection présidentielle, du 18 mars 2012 en Guinée-Bissau, 20 de Março de 2012.

<sup>36</sup> O General Indjai e as Forças Armadas em geral são contrários à presença de tropas da CEDEAO no país, no entanto a solução serviria no imediato melhor às suas intenções.

regional, na busca de manutenção e alargamento do seu espaço de influência, não quer permitir que outra potência africana venha ocupar o seu espaço. O facto de Angola se ter antecipado aos nigerianos e lançado uma missão militar na Guiné-Bissau antes de se concluírem as negociações com a CEDEAO, é outro factor de desagrado.

### **5. As reuniões internacionais e a participação das autoridades de transição**

Desde o início do processo que foi uma preocupação das novas autoridades ocuparem o seu espaço e serem reconhecidas pela comunidade internacional, a fim de não lhe serem fechadas as portas aos financiamentos externos. A forte oposição da CPLP (Portugal e Angola) e o apoio diplomático que têm dado a Carlos Gomes Jr. e ao seu Governo no exílio, são os principais responsáveis para o insucesso desta intenção.

No entanto a questão continuar-se-á a colocar e a discussão contínua em aberto. As primeiras batalhas neste campo foram ganhas pelo Governo deposto mas a última Assembleia-geral das Nações Unidas (AGNU) realizada em Setembro de 2012 trouxe novos elementos ao processo. Como se sabe nenhuma das autoridades da Guiné-Bissau foi autorizada a discursar<sup>37</sup>. Poder-se-ia dizer que não houve vencedores neste confronto, no entanto se analisarmos melhor, conseguimos perceber que quem mais ficou a perder foi o Governo deposto, pois passam de Governo legítimo e reconhecido, para uma situação, em que por força das pressões de uma organização regional, a CEDEAO, a palavra lhes é recusada. Isto mesmo considerando que o Governo deposto foi acreditado enquanto a participação na AGNU foi recusada à comitiva do Governo de transição. O silêncio no palco das NU parece apontar claramente para uma aceitação tácita de grande parte comunidade internacional da realidade existente no terreno.

À margem da AGNU teve lugar uma reunião a 28 de Setembro com a CEDEAO, CPLP, UA e UE, promovida pelas NU<sup>38</sup>, onde ficou clara a impossibilidade de um aproximar de posições entre a CPLP e CEDEAO.

A UA também patrocinou uma iniciativa, a 29 de Setembro, que pretendia o diálogo entre as duas delegações da Guiné-Bissau e assinatura de um acordo<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> O Senegal, Costa do Marfim e Nigéria apresentarem na sua lista de credenciais como cabeça de lista, o Presidente de transição, Serifo Nhamadjo. Este gesto foi suficiente para que o Presidente da AGNU retirasse da lista de intervenções a Guiné-Bissau e remetesse o assunto para o comité o comité das credenciais.

<sup>38</sup> Esta reunião foi presidida por Mutaboba, RESGNU em Bissau, que cada vez mais é criticado pela inoperância das NU no terreno. As suas declarações sobre a situação político-militar têm sido bastante desenquadradas da realidade. (*Entre CEDEAO e CPLP existem apenas incompreensões garante Joseph Mutaboba*, in Expresso de Bissau, 28 de Setembro de 2012). A comunicação social tem pedido a sua substituição (Carta aberta publicada in Expresso de Bissau, 14 de Setembro de 2012).

<sup>39</sup> Este acordo que assentaria em 5 pontos: agradecimento à UA pela organização do encontro, recomendação de uma missão de verificação da situação no terreno a ser composta por representantes das NU, UA, CPLP, CEDEAO, UE, convocatória de uma nova reunião em Adis Abeba, encorajamento ao diálogo interno inclusivo, apelo à comunidade internacional para o fornecimento de assistência.

A CPLP esteve também associada a este encontro.

Apesar da fragilidade da solução encontrada pela CEDEAO, em conjunto com o comando militar e os partidos da posição, o que a realidade mostra é que foi esta solução que vingou. A organização regional e mais poderosa venceu o jogo de influências e impôs a sua vontade.

### **6. Impasse na situação política e o futuro**

Após mais de seis meses passados a situação de impasse mantém-se. As autoridades de transição apoiadas pela CEDEAO simulam uma governação, não conseguem o reconhecimento internacional e por conseguinte não obtêm ajudas financeiras, e as Forças Armadas continuam a actuar livremente sem respeito pela lei. Será possível a manutenção desta situação por muito mais tempo?

Ao contrário do que provavelmente a CEDEAO e as novas autoridades esperariam, e embora a ANP se tenha mantido em funcionamento, o que sucedeu foi que um grupo bastante coeso de deputados do PAICG, mais de cinquenta<sup>40</sup>, se manteve unido e irredutível, obstando a que a Assembleia funcionasse nos moldes pretendidos, com reflexos óbvios na actuação do Governo, que não consegue implementar os seus projectos.

Na sequência desta posição de inferioridade na ANP, as autoridades de transição têm usado o argumento de que será impossível realizar novas eleições nas datas resultantes do acordo de transição (Abril de 2013) uma vez que não conseguem ser reconhecidos como autoridades legítimas e por conseguinte não obtêm financiamento externo para avançar com o processo eleitoral<sup>41</sup>.

A condenação do golpe por parte da comunidade internacional e o consequente isolamento externo teve como uma das primeiras e principais consequências o corte nos programas financeiros de ajuda internacional. O Banco Mundial, a União Europeia, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e vários outros doadores multilaterais e bilaterais suspenderam os seus programas de ajuda. Estes cortes necessariamente agravaram ainda mais a situação desastrosa das contas do país. Como é do conhecimento geral, o orçamento geral do estado guineense tem sido suportado pela comunidade internacional e pelos seus programas de cooperação<sup>42</sup>. Sem o financiamento proveniente dos programas de ajuda financeira que lhes permita prosseguir as tarefas de Estado, as autoridades de transição têm procurado apoio junto da CEDEAO e de outros doadores<sup>43</sup> tradicionais da Guiné-Bissau, como o Irão<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> A ANP é composta por 100 deputados. Nas últimas eleições legislativas o PAICG conseguiu 67 lugares.

<sup>41</sup> *Governo de transição da Guiné-Bissau fala de tempos difíceis e avisa que sem dinheiro não se fazem eleições*, LUSA, 24 de Outubro de 2012.

<sup>42</sup> Igualmente a campanha da colheita do caju, maior produto de exportação, sofreu um enorme recuo com graves consequências para as receitas do Estado.

<sup>43</sup> *Empréstimos do Irão e China podem comprometer processo democrático na Guiné-Bissau*, in *Deutsche Welle*, 5 de Setembro de 2012.

<sup>44</sup> *Teerão disponibiliza 24,6 milhões de dólares à Guiné-Bissau*, in *Nô Pintcha*, 6 de Setembro de 2012.

Num cenário de impasse e agravamento de conflitos noutros países membros da organização, como o Mali, resta saber quanto mais tempo a CEDEAO estará disposta a suportar financeiramente o Governo de transição. A quebra na regularidade do pagamento dos funcionários públicos, por exemplo, poderia levar a abrir mais uma frente de batalha, que obrigatoriamente criaria mais descontentamento e tensões internas.

### **7. A hipótese de incluir o PAIGC no Governo de transição**

Embora de difícil concretização esta poderia ser uma saída para o actual impasse. Por um lado o Governo de transição, não perdendo posição, entende que desta forma conseguiria mais facilmente governar e assim passar uma imagem para o exterior de inclusão e de abertura ao diálogo, que poderiam levar ao fim da situação de isolamento e estrangulamento financeiro que atravessam. Do outro lado, o PAIGC, também tem de consciência que a sua posição de força será difícil de manter indefinidamente sem riscos de que haja rupturas e divisões no interior do partido. A fundamentação a apresentar passará por dar a imagem de partido responsável, que procura consensos e quer com esta solução desbloquear o país<sup>45</sup>.

O General Indjai também não deverá descartar a ideia dum Governo inclusivo (sem elementos ligados a Carlos Gomes Jr.), como forma de dar novo impulso ao processo de transição, se conseguirem novos apoios financeiros e criar um clima que lhe seja mais favorável. A instabilidade interna que se vive no país, tem reflexos também no interior das Forças Armadas onde existem opiniões divergentes sobre a forma como a transição está a ser conduzida. O General Indjai sabe disto e tem procurado apaziguar as suas tropas, deslocando-se ao terreno e proferindo discursos ameaçadores contra Carlos Gomes Jr. procurando descredibilizá-lo e acusá-lo dos problemas do país<sup>46</sup>.

Uma questão que estará em cima da mesa no que toca ao Governo de inclusão, e que sem dúvida dificultará as negociações será a forma de nomeação do Primeiro-ministro e do Presidente da ANP. Ao PAIGC não lhe agrada que estas nomeações sejam feitas por consenso dos partidos e não pelo partido maioritário, vencedor das eleições legislativas de 2008.

Um possível Governo de transição com presença de elementos do PAIGC não deixará de ser de alguma forma uma derrota para os que defenderam a ilegalidade desta situação e uma vitória para Kumba Ialá, António Indjai, Serifo Nhamadjo e CEDEAO. No entanto, este cenário ainda se encontra bastante longe da realidade uma vez que os desencontros entre as diferentes partes estão bastante extremados. Por outro lado os outros partidos políticos, nomeadamente os que assinaram o pacto de transição, também quererão ter uma palavra a dizer e não lhes agrada a ideia do PAIGC entrar no Governo, fazendo com que percam preponderância.

---

<sup>45</sup> *Militares ainda não responderam à proposta do PAIGC para desbloquear o país*, in Última Hora, 6 de Setembro de 2012.

<sup>46</sup> *António Indjai já incomoda nas casernas*, in Expresso de Bissau, 30 de Agosto de 2012.

## 8. Unidade actual do PAIGC no terreno e as eleições internas

Após o golpe de 12 de Abril e da fuga para o exterior dos principais dirigentes do PAIGC, quem tem assegurado os destinos do partido internamente tem sido um grupo composto por figuras como Manuel Saturnino da Costa, Soares Sambu, Artur Silva e Aristides Ocante da Silva. Esta unidade resulta apenas das circunstâncias e da extrema necessidade de entendimento entre duas facções opostas. Até quando se manterá esta aparente concórdia? Tudo aponta para que conscientes da necessidade de união para que o partido recupere a sua posição de liderança, as desavenças políticas e pessoais entre elementos das diferentes facções se mantenham adormecidas, permitindo assim, uma posição mais forte nas negociações com as autoridades de transição.

No que respeita ao ambiente fora do país e apesar da existência de divergências, a unidade em torno de Carlos Gomes Jr. parece evidente. Um factor irá ser fundamental no desenrolar dos acontecimentos: o congresso do PAIGC. Provisoriamente apontado para ter lugar em Janeiro de 2013, não tem ainda data definida face ao contexto actual. As dúvidas neste momento são muitas e giram em torno da possibilidade de Carlos Gomes Jr. concorrer a estas eleições e se deslocar a Bissau. Sendo ele o candidato mais natural ao posto de presidente do partido e que mais facilmente garante à sua volta um conjunto de apoios nacionais e internacionais, a sua candidatura não oferece dúvidas. Não sendo a sua presença possível coloca-se a questão de saber se haverá eleições ou se estas são adiadas sem dia.

Outras duas figuras que têm surgido na linha da frente para se candidatarem são Domingos Simões Pereira, ex-secretário executivo da CPLP e Braimá Camará, actual presidente da câmara de comércio, indústria, agricultura e serviços. À partida não é de considerar uma grande oposição a Carlos Gomes Jr. mas uma eventual ausência deste, poderá dar força a estas e outras candidaturas.

Ainda nesta luta pelo poder no seio do PAIGC não serão de esquecer outras candidaturas como as dos apoiantes de Serifo Nhamadjo, ou a ala dos seguidores do Presidente Malan Bacai Sanha, como seja Soares Sambu.

A posição de Carlos Gomes Jr, à semelhança da posição defendida pelas autoridades portuguesas<sup>47</sup>, parece cada vez mais difícil de sustentar. Se, como dissemos, a sua candidatura ao cargo de presidente do partido parece ser o panorama mais provável, face às actuais circunstâncias políticas já não parece tão provável que consiga levar por diante a sua intenção de realização da 2ª volta das eleições presidenciais. Neste cenário, o que se afigura mais plausível, será a sua participação como candidato em novas eleições presidenciais, isto claro se lhe forem dadas condições formais para se apresentar ao acto, bem como condições mínimas de segurança. O que a ver pelas declarações do General Indjai<sup>48</sup> e pela actual situação no terreno parece ainda longe de se concretizar. As

---

<sup>47</sup> *Portugal continua a defender regresso do governo legítimo*, in Diário de Notícias, 18 de Maio de 2012.

<sup>48</sup> *Dialogue with a Coup Leader: Has Guinea-Bissau Become a Narco-State?*, in Time, 2 de Outubro de 2012.

suas últimas declarações demonstram bem que este não tem intenção de alterar o seu comportamento e que o regresso em segurança das autoridades depostas não está garantido. Em discurso dirigido aos militares, como já referido, afirmou que não se poderia permitir o regresso de Carlos Gomes Jr. ao país, pois caso participe nas eleições, este iria vencê-las<sup>49</sup>.

### **9. O papel do PRS na actual conjuntura**

O partido que esteve por trás do golpe de 12 de Abril tarda em ver resultados que lhe tragam mais benefícios. Tudo no PRS gira em torno da sua figura de referência, Kumba Ialá, o líder carismático. Apesar de não ser unânime e das suas prolongadas ausências do país nem sempre serem bem-vistas, a verdade é que tem conseguido afirmar-se como o líder do partido. Não existindo no seio do partido outra figura que esteja ao seu nível em termos de protagonismo ou popularidade.

O líder do PRS é balanta e goza de grande prestígio no seio desta etnia, tendo no interior das Forças Armadas (onde a maioria dos seus elementos são balantas) grande número de seguidores. Sendo visto por muitos como a única figura capaz de fazer frente nas urnas a Carlos Gomes Jr. ou ao PAIGC. Embora receba o apoio de grande parte dos militares, o mesmo não será dizer que mantém uma relação saudável com António Indjai. O momento actual justifica que exista um mútuo condescendimento entre os dois. Referido como o principal político envolvido nos acontecimentos<sup>50</sup> que levaram ao 12 de Abril, acabou por não ter o protagonismo que eventualmente esperava. Embora muitos dos elementos do seu partido e simpatizantes tenham sido colocados em lugar de destaque, a verdade é que vários dos nomes alegadamente por ele propostos foram rejeitados. Por outro lado um dos seus principais opositores, Artur Sanhá, acabou por ser o escolhido para o lugar de presidente da Câmara de Bissau. Não será de descartar o propósito do General Indjai de apoiar os principais opositores de Kumba Ialá como forma de atenuar o poder deste, no partido e no seio dos Balantas.

Na mesma linha, as relações com a CEDEAO não são perfeitas. Kumba Ialá entende que não foi devidamente auscultado por aquela organização no momento de tomar decisões e é este facto que tem também levado ao seu desencontro de posições.

Que palavra tem o PRS no eventual Governo inclusivo como forma de resolver o actual impasse político? Tal como o PAIGC também o PRS realizará em breve o seu congresso<sup>51</sup> pelo não será expectável uma posição oficial sobre o assunto para breve. Este hiato ajudará também o partido a posicionar-se e principalmente poderá dar oportunidade a Kumba Ialá para colocar num

---

<sup>49</sup> *Divergência na classe castrense provoca visita relâmpago*, in Última Hora, 30 de Agosto de 2012.

<sup>50</sup> *Ministro angolano implica Kumba Ialá no golpe de estado*, in Expresso, 24 de Abril de 2012.

<sup>51</sup> Desde 2010 que os corpos dirigentes do PRS estão sem mandato válido. Esta situação é fruto de desavenças internas no partido, que têm obstado a que se realizem eleições.

eventual futuro Governo, elementos da sua confiança. Não parecem subsistir dúvidas de que a sua ambição é a presidência do país e que portanto tudo fará para se colocar na linha da frente.

### **10. O assalto à caserna dos pára-comandos**

No dia 21 de Outubro de 2012, Bissau foi palco de mais um violento acontecimento. Ainda com contornos mal definidos, a tentativa de golpe ou simulação de golpe, conforme a versão, levou à morte de pelo menos seis militares. À semelhança de tantos outros sangrentos incidentes naquele país, a verdadeira história está por contar e provavelmente ficará por descobrir. De momento, a interpretação dos acontecimentos depende ainda muito da perspectiva de cada um; os detalhes e os objectivos são ainda pouco claros. De um lado temos as autoridades de transição e as Forças Armadas que acusam um grupo de militares revoltosos de tentar um contra-golpe com intenções de destabilizar o processo de transição, e do outro lado, todos os opositores do golpe de 12 de Abril e do Governo de transição, que entendem estarmos perante uma intentona. No seu entender trata-se de uma simulação de golpe preparada pelos militares de António Indjai, para reforçarem os poderes das Forças Armadas, respaldar as autoridades de transição e encontrar um bode expiatório para o actual impasse político<sup>52</sup>.

Alegadamente, segundo o Governo de transição, um grupo de militares comandado pelo Capitão Pansau Intchama, atacou o quartel dos pára-comandos, em Bissalanca, nas imediações do aeroporto de Bissau, com o intuito de dar um contra-golpe. O ex-CEMGFA, Almirante Zamora Induta, estaria também por trás do golpe. As autoridades de transição afirmam ainda, que a tentativa de golpe teve o apoio do ex-Primeiro-ministro, Carlos Gomes Jr., da CPLP e também de Portugal. Também o PRS emitiu um comunicado onde denuncia o golpe no mesmo sentido. Na sequência destas acusações o Governo de transição exigiu a Lisboa, a extradição de Carlos Gomes Jr.<sup>53</sup>.

Estes acontecimentos apenas vêm corroborar as opiniões dos que afirmam que a situação em Bissau continua explosiva, e que a qualquer momento poderemos ver armas na rua e assistir a novos e violentos confrontos<sup>54</sup>. Isto apesar do Governo de transição e as cúpulas militares procurarem passar a mensagem de que tudo está controlado.

As incongruências deste alegado golpe são muitas e não ajudam a clarificar os acontecimentos. As acusações das autoridades de transição não são fundamentadas e apresentam várias incoerências. Na opinião de vários observadores, uma tentativa de ataque, mal organizada, com poucos elementos e mal armados, estaria condenado ao fracasso, e o capitão Pansau Intchama,

---

<sup>52</sup> *Tentativa de golpe foi uma encenação*, in *Africa Monitor*, n.º 704, 23 de Outubro de 2012.

<sup>53</sup> *Guiné-Bissau: Governo de transição exige a Portugal extradição de Carlos Gomes Júnior*, in *TSF*, 22 de Outubro de 2012.

<sup>54</sup> *Guiné-Bissau, um país que não encontra a paz*, in *Deutsche Welle*, 23 de Outubro de 2012.

acusado de ser o líder do golpe saberia disso. Este capitão é considerado próximo do Almirante Zamora Induta, e afirmou recentemente ter estado envolvido no assassinato do Presidente Nino Vieira, a mando do General Indjai. Assim para muitos esta acusação surge mais como um ajuste de contas e uma forma de encontrar um bode expiatório para as dificuldades que as autoridades de transição têm enfrentado, podendo agora acusar Carlos Gomes Jr. e Portugal, de serem os responsáveis pela situação. A criação deste ambiente anti-Carlos Gomes Jr, pode ser entendido também como uma forma de impedir o seu regresso a Bissau<sup>55</sup>.

Por outro lado outras dúvidas recaem sobre as explicações apresentadas. Os militares mortos neste ataque são todos de etnia felupe, o que atendendo aos conflitos étnicos dentro das próprias Forças Armadas levanta também incertezas. As questões em torno da veracidade do ataque avolumam-se ainda mais quando se sabe que os corpos destes militares encontravam-se queimados, mas as suas roupas não<sup>56</sup>.

Na sequência do ataque ao quartel dos pára-comandos, sucedem-se nos dias seguintes, em Bissau, uma série de perseguições arbitrárias e espancamentos por parte de elementos com uniformes militares. A sua autoria é desmentida pelas Forças Armadas e pelo Governo de transição, afirmando que não deram ordens nesse sentido<sup>57</sup>.

No dia 22 de Outubro, a sede do PAIGC é invadida por militares armados que fazem buscas para encontrar alguns elementos da oposição ao Governo de transição. A comunicação social dá grande destaque a estas perseguições e torturas. Iancuba Indjai, líder do Partido da Solidariedade e Trabalho e da FRENAGOLPE (Frente Nacional Anti Golpe – uma plataforma de partidos políticos e da Sociedade Civil criada para contestar o golpe de Abril), é capturado e agredido no local por militares, tendo sido posteriormente abandonado fora de Bissau, com evidentes sinais de maus tratos<sup>58</sup>. Iancuba Indjai tem sido uma das vozes mais contestatárias das actuais autoridades de transição, exigindo o regresso do Governo democraticamente eleito.

Pouco tempo depois é relatada a detenção de Silvestre Alves, advogado e presidente do Movimento Democrático Guineense. Este é também brutalmente agredido, sendo igualmente abandonado nos subúrbios de Bissau, com várias fracturas e ferimentos<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> A campanha pública para o regresso de Carlos Gomes Jr., dirigida pela FRENAGOLPE, já tinha recolhido, em curto espaço de tempo, cerca de duzentas mil assinaturas.

<sup>56</sup> Depois do ataque estes soldados foram transportados pelas Forças Armadas e apresentados à população, mais tarde e já depois de se encontrarem no Hospital Simão Mendes em Bissau, foram novamente transferidos pelas Forças Armadas.

<sup>57</sup> *Governo de transição da Guiné-Bissau condena espancamento de políticos*, in LUSA, 24 de Outubro de 2012.

<sup>58</sup> A família de Iancuba Indjai acusa em comunicado de imprensa, que o líder deste grupo de militares (esquadrão da morte) é Júlio Nhate, sobrinho do General Indjai.

<sup>59</sup> É também detido Bitchofla Na Fafé, ex-comissário geral da polícia, um balanta apoiava Carlos

Perante os relatos insistentes de que a situação em Bissau se encontra muito tensa e que se vive um clima de perseguição e medo<sup>60</sup>, os pedidos de apoio sucedem-se. Isto apesar de se encontrar no terreno uma missão militar da CEDEAO, a ECOMIB. A Liga Guineense dos Direitos Humanos em comunicado revela que está em curso uma caça ao homem, com perseguições por todo o país. Esta organização afirmou também que recebeu diversos pedidos de protecção. Também a Amnistia Internacional em comunicado denunciou o clima de medo e intimidação<sup>61</sup>.

Um facto que levanta dúvidas e pode ser demonstrativo da actual correlação de forças no terreno é a suposta reunião (não confirmada pelas partes) que terá tido lugar, no dia 23 de Outubro, entre o comando militar, a CEDEAO e Kumba Ialá, para discussão da actual situação, sem a presença das autoridades de transição. Alegadamente a CEDEAO não estaria satisfeita com o desenrolar dos últimos acontecimentos. Correram inclusive rumores em Bissau de que Kumba Ialá se preparava para assumir a presidência.

No dia 27 de Outubro, foi anunciada a captura em Bolama do capitão Pansau Intchama, acusado pelas autoridades de transição de ter comandado o ataque ao quartel dos pára-comandos<sup>62</sup>. Na comunicação social circularam imagens do detido, no seu transporte para Bissau, com boa aparência mas com uma corda ao pescoço e já nas imediações da Fortaleza de Amura, envolto numa bandeira de Portugal.

### **11. As cenas dos próximos capítulos**

As autoridades de transição em sintonia com as Forças Armadas no poder têm querido passar uma imagem falsa da realidade guineense. As inúmeras denúncias da sociedade civil guineense e as imagens que circulam são disso prova. O clima de violência e intimidação aplicado pelas autoridades de transição e pelas Forças Armadas parece demonstrar a total ausência de soluções para uma crise que se arrasta e que as tem conduzido a um beco sem saída. Não se trata de defender este ou aquele partido político, mas defender posições de princípio que se enquadrem num quadro de liberdade e democracia. A legitimidade de um Governo que autoriza ou protege perseguições, espancamentos e detenções ilegais, terá dificuldades em ser respeitado internacionalmente, apenas aumentando o fosso que o separa do exterior. As explicações sem nexos e as acusações sem qualquer fundamentação tornaram-se regra. Após a prisão do alegado líder do ataque de 21 de Outubro, o capitão Pansau Intchama, novas prisões e espancamentos são esperados. A comunicação social tem feito referência

---

Gomes Jr. e o antigo Secretário de Estado das Pescas, Tomás Barbosa, foi acusado de conspiração no ataque ao quartel dos pára-comandos.

<sup>60</sup> Últimos ataques causam medo na população da Guiné-Bissau, in Deutsche Welle, 24 de Outubro de 2012.

<sup>61</sup> Amnistia Internacional denuncia clima de medo na Guiné-Bissau, in Expresso, 25 de Outubro de 2012.

<sup>62</sup> Militar acusado de tentativa de contragolpe detido na Guiné-Bissau, in Público, 28 de Outubro de 2012.

à morte e detenção de outros militares supostamente envolvidos no ataque ao quartel dos pára-comandos.

No seio das Forças Armadas as divergências começam cada vez mais a vir ao de cima. Apesar do General Indjai garantir que tem controlo sobre as suas tropas, os últimos acontecimentos mostram que a verdade pode não ser bem assim. A união em torno do seu chefe não é verdadeira nem total. As operações contra os militares de etnia felupe não ajudaram a fortalecer a sua posição e naturalmente os ânimos contra os balantas aumentaram. A contestação das chefias militares mais uma vez fazem eco, e falta ainda perceber o papel que Bubo Na Tchuto, recentemente nomeado no posto de Chefe de Estado-maior da Armada, irá ter neste processo. No país a insatisfação é cada vez maior, avolumam-se as críticas à actuação arbitrária dos militares e surgem rumores de alianças entre felupes e outras etnias contra os militares balanta.

A CEDEAO demonstrou ao longo dos acontecimentos que se seguiram ao ataque de dia 21 de Outubro, um alheamento preocupante face à actuação das Forças Armadas da Guiné-Bissau, bem como uma total falta de controlo dos acontecimentos. Não se conhece uma posição oficial da organização face à tentativa de golpe ou às acusações feitas pelas autoridades de transição contra Carlos Gomes Jr., CPLP e Portugal.

Mais uma vez a comunidade internacional reagiu e manifestou-se contra o desenrolar dos acontecimentos. O Presidente de Cabo Verde, por exemplo, em conferência de imprensa<sup>63</sup> afirmou ser “lamentável, inaceitável, que se continuem a registar actos de violência e que haja continuidade de intervenção de forças militares no processo político na Guiné-Bissau”. Disse ainda que uma solução definitiva e duradoura tem que passar por uma intervenção mais firme e determinada da comunidade internacional. Também Angola se manifestou pedindo ao Conselho de Paz e Segurança da União Africana informações sobre a Guiné-Bissau, e sobre as acções que estão a ser tomadas para repor a ordem constitucional naquele país.

Os acontecimentos de 21 de Outubro e dos dias seguintes demonstram claramente que quem controla os destinos do país são os militares comandados pelo General Indjai. As declarações do Governo de transição garantido que as Forças Armadas não estão envolvidas nos ataques e perseguições são também sintomáticas do descontrolo da situação. Enquanto o tempo passa e não se encontram as soluções que levem à paz e desenvolvimento, a população continua a sofrer e cansa-se das condenações da comunidade internacional e da sua falta de intervenção.

---

<sup>63</sup> PR defende intervenção “firme e determinada” da ONU na Guiné-Bissau, in Expresso das Ilhas (Cabo Verde), 25 de Outubro de 2012.

## 12. A Necessidade de uma reforma do sector de segurança

Se fosse necessário justificar a importância de uma intervenção concertada da comunidade internacional no sector de segurança, o golpe 12 de Abril deveria ser mais do que suficiente para esse fim, no entanto a história da Guiné-Bissau é fértil em acontecimentos semelhantes e portanto os exemplos multiplicam-se. O mais certo é que em breve, tal como já sucedeu com os acontecimentos de 21 de Outubro, outros se juntem à já extensa lista de golpes de estado, conflitos, assassinatos e violência, aumentando o número de exemplos, que dão cada vez mais razão à necessidade urgente de uma Reforma do Sector de Segurança.

A instabilidade crónica do país, e não querendo fazer aqui uma análise histórica da questão, tem origem nas Forças Armadas<sup>64</sup> e nos problemas nunca resolvidos no seu seio, na luta pelo controle de actividades ilícitas, como o tráfico de droga<sup>65</sup> e na sua relação com o poder político<sup>66</sup> e finalmente na gritante impunidade. Estas questões são consideradas uma ameaça para a paz e segurança do país e da região, devido ao impacto que têm sobre a sua própria população e nos Estados mais próximos.

A reforma do sector de segurança enquadra-se no contexto das intervenções internacionais para a construção da paz<sup>67</sup> e é uma oportunidade para transformar por inteiro vários sectores do Estado de forma a responder às necessidades e expectativas da população, ajudando a alcançar o desenvolvimento humano, social e económico<sup>68</sup>. A reforma deste sector é hoje considerada como fundamental para a segurança internacional e para o desenvolvimento, sendo vista como a solução para muitos dos problemas decorrentes de países em situações de fragilidade, pobreza generalizada ou dominados pelo terrorismo.

A interligação entre os conceitos de segurança e desenvolvimento é hoje largamente reconhecida e defendida pela Comunidade internacional<sup>69</sup>, tendo o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE considerado o eixo política-segurança-desenvolvimento como um dos princípios para uma intervenção internacional eficaz em estados frágeis<sup>70</sup>. Na mesma linha, já anteriormente, a Estratégia Europeia de Segurança e o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento reconhecera que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz nem segurança, e que sem desenvolvimento e erradicação da pobreza a paz não será duradoura<sup>71</sup>. Se por um lado a segurança surge como fundamental para a

<sup>64</sup> *Analista acha que transição da Guiné-Bissau quer desviar atenções*, in Deutsche Welle, 22 de Outubro de 2012.

<sup>65</sup> *Leader Ousted, Nation Is Now a Drug Have*, in New York Times, 1 de Novembro de 2012.

<sup>66</sup> *Militares não devem ditar coisas públicas*, in Gazeta de Notícias, 7 de Setembro 2012.

<sup>67</sup> Carvalho, Ana Larcher (2010). *Intervenções externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau*. Lisboa: Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada.

<sup>68</sup> Rodrigues, C. Coutinho, Leandro, Francisco J. (2012). *Security Sector Reform: A New State-citizen Partnership*. Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

<sup>69</sup> Norton, A. (2011). *How the 9/11 decade changed the aid, security and development landscape*. London: Overseas Development Institute.

<sup>70</sup> OECD/DAC (2007). *The OECD DAC handbook on SSR: supporting security and justice*. Paris: OCDE.

<sup>71</sup> União Europeia. *Estratégia Europeia de Segurança* (2003) e o *Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento*

protecção de pessoas e bens, para se criar um ambiente favorável à redução de pobreza, por outro lado o desenvolvimento político, económico e social contribui imensuravelmente para a criação de condições mais sustentáveis de estabilidade, segurança e paz<sup>72</sup>. A relação entre segurança e defesa é actualmente a pedra angular da doutrina da reforma do sector de segurança<sup>73</sup>.

A reforma do sector de segurança é, assim, um modelo de assistência à segurança que é hoje um esteio na construção do Estado, e amplamente entendido como condição para a estabilidade e desenvolvimento sustentável em países a recuperar de conflitos ou a fazer transições de regimes autoritários, frágeis ou colapsados<sup>74</sup>. Procura-se com a intervenção neste sector aumentar a capacidade dos países parceiros para alcançar o nível de segurança necessário no seio da sua sociedade, de forma consistente com as normas democráticas e princípios sólidos de boa governação, transparência e estado de direito que os conduzam aos desejados níveis de desenvolvimento económico e social<sup>75</sup>. O sector de segurança entendido neste contexto abrange um largo conjunto de intervenientes, incluindo os tradicionais actores da área da segurança e defesa, tais como a polícia e as Forças Armadas; órgãos de fiscalização como o Governo ou o parlamento; instituições da justiça, como os tribunais ou as prisões e empresas privadas prestadoras de serviços de segurança<sup>76</sup>. Reformar apenas um sector esquecendo os outros pode levar ao fracasso de todo o processo de reforma do sector de segurança. No entanto, uma abordagem holística, não implica necessariamente intervir em todas as áreas ao mesmo tempo<sup>77</sup>.

As situações persistentes de insegurança podem conduzir a transferências violentas de poder, insurgência, secessão, rebelião, genocídio, domínio por senhores da guerra e, finalmente, o colapso do estado e anarquia<sup>78</sup>. Será que a Guiné-Bissau está ainda longe desta situação ou enquadra-se cada vez mais nesta descrição? A insegurança e impunidade são o que caracteriza a situação na Guiné-Bissau. Quanto mais a sociedade civil procura discutir e encontrar soluções para os problemas do país, definindo regras, mais desafios e constrangimentos colocam àqueles que governam pela força os destinos do país, sucedendo-se por isso as perseguições, espancamentos e silenciamentos.

---

(2005).

<sup>72</sup> Ojendal, J. & Stern, M. (2010). *Mapping the Security Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence? Security Dialogue*.

<sup>73</sup> Rodrigues, C. Coutinho, Leandro, Francisco J. (2012). *Security Sector Reform: A New State-citizen Partnership*. Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

<sup>74</sup> Sedra, Mark (2009). *The future of Security Sector Reform*. Waterloo: Centre for International Governance Innovation.

<sup>75</sup> OECD/DAC (2007). *The OECD DAC handbook on SSR: supporting security and justice*. Paris: OCDE.

<sup>76</sup> Ekengren, M. & Simons, G. (2011). *The Politics of Security Sector Reform - Challenges and opportunities for the European Union's global role*. Ashgate Publishing.

<sup>77</sup> Rodrigues, C. Coutinho, Leandro, Francisco J. (2012). *Security Sector Reform: A New State-citizen Partnership*. Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

<sup>78</sup> Jackson, Richard (2010). *Regime Security. Contemporary Security Studies*. New York: Oxford University Press.

A Guiné-Bissau, tal como um grupo de estados em situação de fragilidade, necessitam urgentemente de estruturas que possam ser o suporte para o seu próprio desenvolvimento<sup>79</sup>. Neste contexto surge a necessidade de uma intervenção no sector de segurança, entendido como vimos, numa definição ampla e abarcando diversos actores e sectores da sociedade. Uma intervenção que deveria acontecer por antecipação, mas que no caso da Guiné-Bissau já parece vir tarde.

### 13. O espaço que ficou por ocupar

A comunidade internacional não pode deixar de estar consciente do papel catalisador que a reestruturação do sector de segurança pode ter na condução e estímulo dos parceiros internacionais para enfrentar os desafios do desenvolvimento humano na Guiné-Bissau, bem como de certo modo inverter a tendência de marginalização do país<sup>80</sup>. Uma nova forma de intervenção (nacional e internacional) no processo é fundamental, permitindo deste modo as necessárias reformas<sup>81</sup>.

Depois da retirada da missão da UE de apoio ao processo de reforma do sector de segurança<sup>82</sup>, na sequência da falta de resposta das autoridades no poder aos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, o seu espaço foi ocupado por Angola, que lançou a MISSANG com propósitos de apoiar esse mesmo sector. Estas duas missões não tinham os mesmos objectivos, mas trabalhavam ambas no sector mais crucial para o desenvolvimento do país, o sector de defesa e segurança. Esse espaço encontra-se hoje, após o triunfo dos golpistas, a 12 de Março, vago e sem futuro à vista, pois a margem de manobra da ECOMIB não lhe permite actuar nesta área. Como defendido, suspender a reforma deste sector foi também um dos objectivos do golpe. No cenário actual é difícil imaginar que em breve a comunidade internacional pretenda intervir nesta área ou tenha condições para o fazer, no entanto é essencial que o faça.

Atendendo à actual situação de isolamento da Guiné-Bissau, e à inércia da comunidade internacional para intervir de forma a ajudar a modificar a situação político-militar do país, as autoridades de transição em conjunto com os militares parecem ter campo aberto para se movimentarem livremente. A CPLP, nomeadamente Portugal e Angola, os dois países que se têm manifestado mais

---

<sup>79</sup> Saraiva, Luis Eduardo (2012). *Africa Development and the Reinforcement of European Security*. Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

<sup>80</sup> Correia, Ana (2008). *Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné-Bissau*. Lisboa: Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada.

<sup>81</sup> Posição diferente parece ser defendida pelo International Crisis Group quando afirma que o golpe e a transição podem ter aberto uma via para reformas vitais. Não será também para evitar as reformas essenciais que se deu golpe militar? De modo a que os privilegiados do regime, como sejam António Indjai ou Kumba Ialá mantenham os seus benefícios. (ICG, *Beyond turf wars: managing the post-coup transition in Guinea-Bissau*, 17 de Agosto de 2012).

<sup>82</sup> Sousa, Miguel Girão de (2009). *The Challenges and Constrains of Security Sector Reform in Guinea-Bissau: A View From the Field*. Lisboa: Portuguese Journal of International Affairs, IPRIS.

activos na tentativa de repor a anterior ordem constitucional no país, são por si impotentes e a sua margem de manobra é diminuta no actual panorama, pouco mais podendo fazer do que continuar a exercer pressão no fóruns internacionais. A reacção da comunidade internacional face ao golpe militar de 12 de Abril e eventos que se lhe seguiram foi de condenação generalizada, no entanto a sua actuação tem sido pouco coordenada. Não havendo sintonia preferem abster-se, isto apesar de um aparente acordo sobre a legitimidade do Governo deposto, que parece ser garantido pela resolução 2048 do CSNU, de 18 de Maio<sup>83</sup>.

O princípio da subsidiariedade parece ser o argumento. Neste momento prevalece no seio das NU a posição fácil de que a CEDEAO está responsável pelo processo de transição e que sendo esta a organização regional, não faria sentido uma intervenção de outra organização.

#### 14. Conclusão

Nada no panorama actual nos transmite a convicção de que em breve a situação na Guiné-Bissau se transforme para melhor. As informações provenientes do terreno são demonstrativas de que dia para dia os conflitos e problemas aumentam e as condições de vida da população pioram.

Uma solução para as eternas crises do país passa obrigatoriamente por uma alteração no equilíbrio de forças actualmente existente. Não parece haver dúvidas, para a maioria dos que escrevem sobre a Guiné-Bissau, que as autoridades supremas que controlam o país são pelo lado militar, o General Indjai e pelo lado político, Kumba Ialá. Os dois têm manobrado militares e políticos de forma a serem beneficiados e não parece no imediato haver quem esteja em condições de alterar esta correlação de forças.

Os militares e os políticos gostam de se acusar mutuamente como sendo responsáveis pela situação desastrosa em que se encontra o país, esta parece-nos, porém, uma falsa questão. Para um observador mais atento facilmente se constata que os problemas do país subsistem porque entre militares e políticos existe uma enorme convivência e uns e outros usam-se conforme as necessidades e interesses<sup>84</sup>. Não há mais ou menos influência e responsabilidade de um ou outro, existe um aproveitamento da situação para benefícios próprios, muitos deles ilegítimos e obscuros. A união entre políticos e militares vive da necessidade, da corrupção e da vontade de ascensão ao poder.

Uma grande parte da classe política estando no poder defende intransigentemente o respeito pelo principio do estado de direito, primado da lei e hierarquias militares, mas pelo contrário encontrando-se afastada de cargos políticos, opta em seu benefício por manobrar os militares valorizando antes o

---

<sup>83</sup> A versão final é bem mais suave do que aquela pretendida pelo governo deposto da Guiné-Bissau e pela CPLP, tendo por exemplo desaparecido do texto a referência à necessidade de se completar o processo eleitoral presidencial.

<sup>84</sup> International Crisis Group, Beyond turf wars: managing the post-coup transition in Guinea-Bissau, 17 de Agosto de 2012

seu estatuto proveniente do campo de batalha ou da sua posição de relevo junto de elementos da sua etnia, procurando utilizar a sua força, a das armas, para alcançar os seus intentos que geralmente se relacionam com o regresso ao poder ou a obtenção de maiores lucros<sup>85</sup>. É nesta dualidade e teia de jogos estratégicos, acompanhado de intrigas e relacionamentos duvidosos entre políticos e militares que assenta a instabilidade do país. Não devemos, assim, responsabilizar apenas as Forças Armadas pelo clima de instabilidade, pois a origem do problema está nas alianças de poder estabelecidas entre políticos e militares para alcançarem os seus objectivos<sup>86</sup>, no entanto quem tem as armas na mão tem sempre uma outra palavra.

Um factor que deve ser equacionado e por ventura acrescentado ao tabuleiro em que se movimentam os actores na Guiné-Bissau é a da possibilidade da intervenção de um interlocutor que se encontre ao mesmo nível dos militares de forma a equilibrar a balança. Até ao momento as diversas intervenções da comunidade internacional têm fracassado<sup>87</sup> pois o seu diálogo com os que são apontados como principais responsáveis pela situação de instabilidade não se encontra ao mesmo nível. Às chefias das Forças Armadas pouco lhes diz se do outro lado das negociações estão as autoridades nacionais do país, o representante máximo de uma organização internacional, um chefe de estado estrangeiro, ou um embaixador ou chefe de delegação. Por um lado têm dificuldade em perceber as implicações na esfera internacional de determinados comportamentos que adoptam e por outro não consideram as exigências e condições que lhes são colocadas como suficientemente relevantes de modo a alterarem esse mesmo comportamento. Introduzindo na equação um novo elemento com capacidade para enfrentar esta posição de superioridade e combater a impunidade, é possível que o panorama se transforme.

Tendo o poder nas mãos, a força das armas e a capacidade de fazerem o que bem entendem sem consequências, não parece haver necessidade para o General Indjai ou Kumba Ialá alterarem o seu comportamento. Os últimos acontecimentos vividos pelo país são bem demonstrativos, sejam os golpes militares de 1 de Abril de 2010 e 12 de Abril de 2012, ou os acontecimentos recentes de 21 de Outubro. Parece ser assim essencial que surjam novos elementos nesta equação e que estejam ao mesmo nível dos referidos de forma a ser possível negociar verdadeiramente ou discutir a sua autoridade.

Naturalmente que esta intervenção indispensável terá que estar balizada pelas regras internacionais e há que estar preparado para as suas consequências. No entanto alguém consegue ver um cenário em que estas duas figuras se

<sup>85</sup> Fernandes, Raul Mendes (2010), *Aproveitamento por parte dos políticos da mentalidade dos militares: heroísmo versus respeito pelo primado da lei*. Bissau: Revista Eco da Voz di paz (7-10).

<sup>86</sup> Como diz o jornalista João de Barros: "São os travestis políticos/militares que promovem a instabilidade do país e depois convidam os militares a usar a violência das armas para assaltar o poder", in Expresso de Bissau, 28 de Setembro de 2012.

<sup>87</sup> Monteiro, André e Morgado, Miguel (2009). *Last Chance for Security Sector Reform in Guinea-Bissau*. Lisboa: IPRIS viewpoints.

retirem do panorama político-militar do país de livre-vontade e cedam os seus lugares a outros? Na sequência de novas eleições, legislativas e presidenciais, é possível pensar que os políticos vencedores tenham capacidade e possibilidade de escolherem por si só e sem nenhum tipo de constrangimento, as novas chefias militares? A resposta parece óbvia. Sem que haja protecção de uma força militar internacional, nenhum político se colocará na situação de demitir o General Indjai do seu posto. A história recente é bem ilustrativa disso mesmo, se nos lembrarmos da nomeação do General Indjai como CEMGFA em Junho de 2010<sup>88</sup>.

A reforma deste sector é um processo essencialmente político e que envolve necessariamente a alteração de equilíbrios de poder entre os diferentes actores, a reestruturação institucional e a mudança cultural<sup>89</sup>, por essa mesma razão uma nova abordagem da reforma do sector de segurança é necessária no país. Querer avançar neste processo sem estar consciente das implicações e consequências de tocar nos privilégios de alguns militares e políticos, é não querer ver a realidade. Um processo de reforma do sector de segurança em que alguns dos intervenientes mais relevantes estão contra essa reforma apenas pode levar ao fracasso da intervenção, e conhecendo-se a actual situação, apenas uma intervenção mais musculada e capaz de fazer impor a vontade das autoridades (saídas de eleições) poderá alterar o rumo do país.

Os pedidos de intervenção da comunidade internacional e nomeadamente do envio de uma força internacional para o país repetem-se<sup>90</sup>. Cada vez mais vozes parecem conscientes de que apenas com uma intervenção patrocinada pelo exterior e com capacidade para fazer frente aos militares comandados pelo General Indjai ou Almirante Bubo Na Tchuto será possível inverter a situação. Recentemente após os acontecimentos de 21 de Outubro, os pedidos de uma intervenção voltaram-se a ouvir, tendo mesmo o Governo deposto, em comunicado de 24 de Outubro, reafirmado “a imperiosa necessidade de uma força internacional para a Guiné-Bissau, com amplo mandato de, entre outras, estancar os desmandos e evitar mais atrocidades e mais derramamento de sangue”<sup>91</sup>.

No caso da Guiné-Bissau, atendendo a situação disfuncional das suas forças de segurança, incapazes de proporcionar um clima de paz e de respeito pelo estado de direito e demais princípios democráticos, a necessidade de uma intervenção no sector de segurança torna-se vital. Um país, como a Guiné-Bissau, onde estes princípios não estão presentes, apenas pode iniciar processos de desenvolvimento quando estiver livre das ameaças à sua segurança e estabilidade. Um caminho que passa, claro, pelo diálogo e conciliação, mas com igualdade de posições e hoje isso na Guiné-Bissau, não existe.

---

<sup>88</sup> *Guiné-Bissau irrita Europa e EUA*, in Diário de Notícias, 27 de Junho de 2010.

<sup>89</sup> Carvalho, Ana Larcher (2010). *Intervenções externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau*. Lisboa: Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada.

<sup>90</sup> Carlos Gomes Jr. defende a necessidade de uma força internacional para controlar as forças armadas. *Os militares têm de ser postos no seu lugar*, in O Democrata, 18 de Setembro.

<sup>91</sup> Comunicado do Governo Legítimo da República da Guiné-Bissau, 24 de Outubro de 2012.

Porém é necessário estar bem consciente de que tocar num sector tão sensível como o da segurança e defesa<sup>92</sup>, implica reacções daqueles que procuram manter o seu *status quo*. A existência do sector de segurança significa uma oportunidade potencial para a generalização do conflito<sup>93</sup>. A comunidade internacional deve por isso também olhar para o passado e compreender que qualquer tentativa de reforma e alteração do actual estado de insegurança e impunidade do país poderá agravar as dinâmicas de conflito<sup>94</sup> e desencadear reacções violentas por parte das Forças Armadas. Nesse sentido é necessário repensar a intervenção no país, introduzindo uma abordagem cada vez mais holística, esquecer intervenções de curto de prazo e procurar perceber até que ponto uma missão internacional, sem carácter ou apoio militar, poderá ter sucesso.

As soluções, infelizmente, não parecem ser muitas, os anos passam e a Guiné-Bissau não pára de se afundar numa espiral vertiginosa. Uma nova reacção da comunidade internacional é sem qualquer dúvida imprescindível, aprendendo com experiências anteriores, evitando assim que se continue num ciclo vicioso de golpes militares acompanhados de mais pobreza, crime, interferências dos militares na vida política, clientelismos, corrupção e violência, o que necessariamente ainda irá fragilizar e isolar mais o país. O pior parece que ainda está para vir<sup>95</sup>.

### **Bibliografia**

Ball, Nicole (2004). *Dilemmas of Security Sector Reform*. Berghof Handbook for Conflict Transformation. Dialogue Series n. 2., Berlim. Disponível em: [http://www.berghof-handbook.net/documents/publications/dialogue2\\_ssr\\_complete.pdf](http://www.berghof-handbook.net/documents/publications/dialogue2_ssr_complete.pdf)

Carvalho, Ana. L. (2010). *Intervenções externas no Sector da Segurança na Guiné-Bissau*. Lisboa: Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada.

Correia, Ana (2008). *Política-Segurança-Desenvolvimento na Guiné-Bissau*. Lisboa: Política Internacional e Segurança, Universidade Lusíada.

Ekegren, M. & Simons, G. (2011). *The Politics of Security Sector Reform - Challenges and opportunities for the European Union's global role*. Ashgate Publishing.

Fernandes, Raul Mendes (2010), *Aproveitamento por parte dos políticos*

---

<sup>92</sup> Observatoire de l'Afrique (2008). *Security Sector Reform in Guinea-Bissau*. Africa Briefing Report. 28 de Janeiro de 2008. Brussels: Egmont Palace

<sup>93</sup> Saraiva, Luis Eduardo (2012). *Africa Development and the Reinforcement of European Security*. Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

<sup>94</sup> Ball, Nicole (2004). *Dilemmas of Security Sector Reform*. Berghof Handbook for Conflict Transformation, Dialogue Series No. 2., Berlim.

<sup>95</sup> Este artigo foi terminado de escrever a 1 de Novembro de 2012.

*da mentalidade dos militares: heroísmo versus respeito pelo primado da lei.* Bissau: Revista Eco da Voz di paz (7-10).

Gorjão, Paulo e Seabra, Pedro (2012). *Guinea-Bissau: Can a Failed Military Coup be successful?* Lisboa: IPRIS viewpoints.

Houkpe, Mathias (2012). *ECOWAS in face of the crises in Mali and Guinea-Bissau: a double-standard dilemma.* Lisboa: IPRIS viewpoints.

International Crisis Group (2012). *Beyond Compromises: Reform Prospects in Guinea-Bissau.* Africa report.

International Crisis Group (2012). *Beyond turf wars: managing the post-coup transition in Guinea-Bissau.* Africa report.

Jackson, Richard (2010). *Regime Security. Contemporary Security Studies.* New York: Oxford University Press.

Monteiro, André e Morgado, Governo (2009). *Last Chance for Security Sector Reform in Guinea-Bissau.* Lisboa: IPRIS viewpoints.

Norton, Andrew (2011). *How the 9/11 decade changed the aid, security and development landscape.* London: Overseas Development Institute.

Observatoire de l'Afrique (2008). *Security Sector Reform in Guinea-Bissau.* Africa Briefing Report. Brussels: Egmont Palace

OECD/DAC (2007). *The OECD DAC handbook on SSR: supporting security and justice.* Paris: OCDE.

Ojendal, J. & Stern, M. (2010). *Mapping the Security Development Nexus: Conflict, Complexity, Cacophony, Convergence? Security Dialogue.* Disponível em: <http://sdi.sagepub.com/content/41/1/5.abstract>

Rodrigues, C. C., Leandro, F. J. (2012). *Security Sector Reform: A New State-citizen Partnership.* Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

Saraiva, Luís E. (2012). *Africa Development and the Reinforcement of European Security.* Lisboa: Segurança em África, Nação e Defesa, IDN.

Sedra, Mark (2009). *The future of Security Sector Reform.* Waterloo: Centre for International Governance Innovation. Disponível em: <http://www.cigionline.org/sites/default/files/The%20Future%20of%20Security%20Sector%20Reform.pdf>

Sousa, Governo Girão (2009). *The Challenges and Constrains of Security Sector Reform in Guinea-Bissau: A View From the Field*. Lisboa: Portuguese Journal of International Affairs.

### **Jornais e publicações periódicas**

*Amnistia Internacional denuncia clima de medo na Guiné-Bissau*, in Expresso, 25 de Outubro de 2012.

*Analista acha que transição da Guiné-Bissau quer desviar atenções*, in Deutsche Welle, 22 de Outubro de 2012.

*António Indjai já incomoda nas casernas*, in Expresso de Bissau, 30 de Agosto de 2012.

*Atitude voraz das autoridades para obter fundos*, in Africa monitor, n.º 696, 26 de Setembro de 2012.

*Carta aberta ao Secretário Geral NU, Ban-Ki-Moon sobre a UNIOGBIS e o sistema das Nações Unidas em Bissau*, in Expresso de Bissau, 14 de Setembro de 2012.

*Conselho de Segurança da ONU aprova sanções contra autores do golpe em Bissau*, in Público, 18 de Maio de 2012.

*Dialogue with a Coup Leader: Has Guinea-Bissau Become a Narco-State?*, in Time, 2 de Outubro de 2012.

*Divergência na classe castrense provoca visita relâmpago*, in Última Hora, 30 de Agosto de 2012.

*ECOWAS "Zero Tolerance" Principle Highly Tolerant After All*, in African arguments, 9 de Maio de 2012.

*Empréstimos do Irão e China podem comprometer processo democrático na Guiné-Bissau*, in Deutsche Welle, 5 de Setembro de 2012.

*Entre CEDEAO e CPLP existem apenas incompreensões garante Joseph Mutaboba*, in Expresso de Bissau, 28 de Setembro de 2012.

*Especial Guiné-Bissau*, in *Jornal Expresso das Ilhas* (Cabo Verde), 16 de Maio de 2012.

*Estabilidade na Guiné-Bissau permite relançamento de projectos de Buba e Boé*, in

Macauhub, 18 de Julho de 2011.

*Governo de transição da Guiné-Bissau fala de tempos difíceis e avisa que sem dinheiro não se fazem eleições*, LUSA, 24 de Outubro de 2012.

*Governo de transição exige a Portugal extradição de Carlos Gomes Júnior*, in TSF, 22 de Outubro de 2012.

*Governo de transição da Guiné-Bissau condena espancamento de políticos*, in LUSA, 24 de Outubro de 2012.

*Guiné-Bissau irrita Europa e EUA*, in Diário de Notícias, 27 de Junho de 2010.

*Guiné-Bissau, um país que não encontra a paz*, in Deutsche Welle, 23 de Outubro de 2012.

*Guinée-Bissau: Kumba Yala rejette la proposition de médiation de la Cedeao*, in Jeune Afrique, 5 de Abril de 2012.

*Golpistas adotam linha Anti-Angola e tentam aproximação a CEDEAO*, in Africa monitor, n.º 656, 18 de Abril de 2012.

*Leader Ousted, Nation Is Now a Drug Have*, in New York Times, 1 de Novembro de 2012.

*Latest coup another setback for Guinea-Bissau*, in IRIN, 23 de Abril de 2012.

*Militares não devem ditar coisas públicas*, in Gazeta de Notícias, 7 de Setembro 2012.

*Militares ainda não responderam à proposta do PAIGC para desbloquear o país*, in Última Hora, 6 de Setembro de 2012.

*Ministro angolano implica Kumba Ialá no golpe de estado*, in Expresso, 24 de Abril de 2012.

*Os militares têm de ser postos no seu lugar*, in O Democrata, 18 de Setembro.  
*MISSANG deixa a Guiné-Bissau*, in Jornal de Angola digital, 11 de Abril de 2012.

*Oposição guineense mostra carta atribuída a Gomes Júnior que pede missão da ONU*, RTP, 19 de Abril de 2012.

*Os revoltosos da Guiné-Bissau: "Se o Parlamento aceitar a vinda de uma força internacional, está bem", in Jornal Público, 27 de Abril de 2012*

*PAIGC exclui-se de acordo político-militar para a Guiné-Bissau, in ionline, 20 de Abril de 2012.*

*Portugal continua a defender regresso do Governo legítimo, in Diário de Notícias, 18 de Maio.*

*Presidenciais da Guiné-Bissau vão ter segunda volta, in Público, 21 de Abril de 2012.*

*Tentativa de golpe uma encenação, in Africa Monitor, n.º 704, 23 de Outubro de 2012.*

*Teerão disponibiliza 24,6 milhões de dólares à Guiné-Bissau, in Nô Pintcha, 6 de Setembro de 2012.*

*Últimos ataques causam medo na população da Guiné-Bissau, in Deutsche Welle, 24 de Outubro de 2012.*

### **Acrónimos**

**ANP** - Assembleia Nacional Popular

**AGNU** - Assembleia Geral das Nações Unidas

**CEDEAO** - Comunidade Económica dos Países de África Ocidental  
(ECOWAS na versão inglesa)

**CEMGFA** - Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

**CPLP** - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**CSNU** - Conselho de Segurança das Nações Unidas

**ECOMIB** - ECOWAS mission in Bissau

**FRENAGOLPE** - Frente Nacional Anti Golpe

**MISSANG** - Missão militar angolana na Guiné-Bissau

**NU** - Organização das Nações Unidas

**PAIGC** - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PRS** - Partido da Renovação Social

**RESGNU** - Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas

**SGNU** - Secretário-geral das Nações Unidas

**UA** - União Africana

**UE** - União Europeia